



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: CENBRAP – Centro Brasileiro de Pós-Graduações Ltda.		UF: GO
ASSUNTO: Descredenciamento voluntário, na modalidade presencial, da Faculdade CENBRAP, com sede no município de Goiânia, no estado de Goiás.		
RELATORA: Luciane Bisognin Ceretta		
PROCESSO Nº: 23000.003859/2025-32		
PARECER CNE/CES Nº: 655/2025	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 4/11/2025

I – RELATÓRIO

Histórico

Trata-se de pedido de descredenciamento voluntário, na modalidade presencial, da Faculdade CENBRAP, com sede no município de Goiânia, no estado de Goiás, mantida pelo CENBRAP – Centro Brasileiro de Pós-Graduações Ltda. O pedido teve origem no requerimento subscrito pelo representante legal da Instituição de Educação Superior – IES, que está anexado aos autos do processo junto ao restante da documentação necessária para o descredenciamento.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES do Ministério da Educação – MEC elaborou seu parecer, emitido na Nota Técnica nº 11/2025/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, e se posicionou favorável ao descredenciamento voluntário da IES.

Para facilitar a conclusão, transcreve-se a seguir, *ipsis litteris*, a Nota Técnica emitida pela SERES:

[...]

Nota Técnica nº 11/2025/CGCIES/DIREG/SERES/SERES

PROCESSO Nº 23000.003859/2025-32

INTERESSADO: FACULDADE CENBRAP (CENBRAP)

Aditamento. Descredenciamento voluntário, na modalidade presencial. Faculdade CENBRAP - CENBRAP (cód. e-MEC nº 21872).

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de solicitação de descredenciamento voluntário, na modalidade presencial, da Faculdade CENBRAP - CENBRAP (cód. e-MEC nº 21872), a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de Credenciamento, nos termos

do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

2. A aludida IES, mantida pelo CENBRAP - Centro Brasileiro de Pós Graduações Ltda (cód. e-MEC nº 16723), foi credenciada pela Portaria MEC nº 918 (5681335), de 6 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2018.

3. Não há, em nome da mantenedora acima citada, outras IES sob sua manutenção.

4. De acordo com o sistema e-MEC, a IES tinha como sede o município de Goiânia, no estado de Goiás. Seu campus era baseado na Rua T 36, nº 3182, Setor Bueno, e ofertava os seguintes cursos presenciais:

<i>Curso</i>	<i>Código do curso</i>	<i>Situação</i>	<i>Ato autorizativo</i>
<i>Gestão de Recursos Humanos, tecnológico</i>	<i>1367632</i>	<i>Ativo</i>	<i>Portaria SERES/MEC nº 622, de 14/09/2018, DOU 17/09/2018.</i>
<i>Gestão Hospitalar, tecnológico</i>	<i>1367633</i>	<i>Em Extinção</i>	<i>Portaria SERES/MEC nº 622, de 14/09/2018, DOU 17/09/2018.</i>

5. A solicitação de descredenciamento voluntário está formalizada no Requerimento (5558206), protocolado em 31 de janeiro de 2025, constante dos autos em comento.

6. Em consulta à Diretoria de Supervisão da Educação Superior - DISUP, constatou-se que não há processos administrativos de supervisão referentes ao curso ou à instituição em análise que impeçam o seu descredenciamento, conforme informações fornecidas pelo Despacho nº 711/2025/CPROC-TRIAGEM/DISUP/SERES/SERES-MEC (5628171), de 5 de março de 2025, acostado ao presente processo.

ANÁLISE

7. Os pedidos de aditamento ao ato autorizativo, inclusive aqueles referentes ao descredenciamento voluntário, são regidos pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

8. O Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece em seu artigo 12, o que segue:

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;

III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV - credenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades; (grifo nosso)

V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e

VI - credenciamento de campus fora de sede.

9. No mesmo sentido, dispõe o art. 75 da Portaria Normativa nº 23/2017:

Art. 75. O pedido de credenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.

10. Impõe o art. 76 da aludida Portaria Normativa nº 23/2017 que o pedido de credenciamento voluntário está vinculado à comprovação, por parte da IES, do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão da totalidade dos diplomas e certificados, bem como da transferência de alunos, se for o caso, aliado à necessidade de organização do acervo acadêmico.

11. Em análise aos documentos inseridos nos autos, corrobora-se que a IES procedeu com todos quesitos dispostos acima, em franco atendimento ao dispositivo supracitado, declarando serem verdadeiras, exatas e fidedignas as informações, sob pena do representante legal da mantenedora responder nos termos da legislação civil e penal.

12. Ademais, o credenciamento voluntário deve ser processado mediante a análise dos documentos listados no art. 77 da Portaria Normativa nº 23/2017, abaixo elencados:

I. Requerimento de credenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da instituição de ensino;

II. Cópia do último edital de processo seletivo da instituição;

III. Declaração assinada pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, firmando os seguintes compromissos:

a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada no Capítulo II, Seção VIII, da Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 dezembro de 2017, à instituição sucessora;

b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal; e

c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

13. No que concerne ao rol de documentos acima, a IES forneceu à SERES os documentos necessários à devida análise do pleito. Nesta esteira, no que tange especificamente a respeito do acervo acadêmico, questão explicitada no inciso III, “b”, acima elencado, e ressaltando a razoabilidade e os efeitos jurídicos produzidos no decorrer da instrução processual, inferimos que as informações e os documentos

apresentados pela IES nos autos (5558206, 5558208 e 5558207) estão em sintonia com as imposições expressas no art. 58 do Decreto nº 9.235/2017 e preenchem os pressupostos dos arts. 76 e 77 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017. Nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, a guarda e gestão do acervo acadêmico da modalidade presencial permanecerá sob responsabilidade da Faculdade CENBRAP - CENBRAP (cód. e-MEC nº 21872).

14. Em atendimento ao art. 79, §1º, da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, destacamos que não há processos regulatórios referentes à IES em trâmite no sistema e-MEC, conforme o comprovante anexo (5681338).

15. Por fim, caso não haja divergência de entendimento entre esta Secretaria e o Conselho Nacional de Educação sobre a presente matéria, cabe ressaltar que o presente processo se amolda aos termos contidos no PARECER REFERENCIAL n. 00201/2023/CONJUR-MEC/CGU/AGU (5681342), da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, e não há necessidade de envio dos autos àquele órgão setorial da Advocacia-Geral da União (AGU).

CONCLUSÃO

16. Ante o acima exposto, com fundamento no Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, bem como nos termos do art. 80 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, republicada em 03/09/2018, esta Coordenação-Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior - CGCIES/DIREG/SERES/MEC é de parecer favorável ao credenciamento voluntário, na modalidade presencial, da Faculdade CENBRAP - CENBRAP (cód. e-MEC nº 21872) e, em decorrência, à extinção dos cursos de Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, e Gestão Hospitalar, tecnológico, da CENBRAP, apontando ainda que a CENBRAP permanece responsável pela organização e manutenção do acervo acadêmico da modalidade presencial credenciada.

17. Sugere-se, em seguida, conforme disposto no art. 81 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, o encaminhamento do processo à Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, para análise e deliberação acerca do credenciamento voluntário.

Após a instrução, o processo foi distribuído a esta Conselheira para relatoria.

Considerações da Relatora

O processo foi devidamente instruído com a documentação necessária para credenciamento voluntário e está de acordo com o que dispõem o art. 58 e seguintes e o art. 75 e seguintes, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, bem como o art. 57 e seguintes, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Em nota técnica, a SERES proferiu parecer favorável ao credenciamento voluntário da IES, na modalidade presencial, com consequente extinção dos cursos superiores de tecnologia em Recursos Humanos, e tecnologia em Gestão Hospitalar, conforme descrito nos autos do processo. Não foram constatadas irregularidades no pedido.

Em face do exposto, encaminho à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE o voto abaixo exarado.

II – VOTO DA RELATORA

Voto pelo descredenciamento, a pedido, na modalidade presencial, da Faculdade CENBRAP, com sede na Rua T 36, nº 3.182, bairro Setor Bueno, no município de Goiânia, no estado de Goiás, mantida pelo CENBRAP – Centro Brasileiro de Pós-Graduações Ltda., com sede no mesmo município e estado, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Neste mesmo ato, determino que a Faculdade CENBRAP ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico dos cursos superiores oferecidos na modalidade presencial pela instituição.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2025.

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da Relatora.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Maria Paula Dallari Bucci – Vice-Presidente